NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E DE 2016

(Em reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma companhia aberta e tem por objetivo social a fabricação, comércio e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres. Suas instalações fabris estão situadas em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil que atua no mesmo segmento metal mecânico.

A comercialização dos produtos industrializados é efetuada no mercado interno, através de representantes de vendas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são apresentadas em reais, foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e compreendem:

- 2.1 As demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS IFRSS" OU "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS IASS"), EMITIDAS PELO "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD IASB", em vigor em 31 de dezembro de 2016.
- 2.2 As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis descritas anteriormente e incluem a demonstração contábil da controlada mencionada na nota explicativa nº 11, tendo sido preparada de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre a empresa consolidada; (b) eliminação do investimento da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas

decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação destes investimentos pelo seu valor justo ou custo de aquisição nas demonstrações separadas. A Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2017, restando aprovadas para divulgação.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

3.2 Transações e saldos em moeda estrangeira:

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

3.3 – Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e

obrigações a estes inerentes.

3.4 – Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.5 - Estimativas para perdas em crédito:

O reconhecimento das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi constituído com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

3.6 - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

3.7 – Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

3.8- Investimentos e empresas controladas:

- a) Controladora: O investimento na empresa controlada é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderá ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento. Os dividendos, quando recebidos de controlada são registrados como redução do valor do investimento.
- b) Consolidado: A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da controladora com empresa controlada. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contra partida ao patrimônio liquido da controladora.

3.9 – Outros Investimentos:

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.

3.10 – Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento em que os ativos são instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

3.11 - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado, na Controladora, e na Controlada, de acordo com a legislação específica vigente.

3.12 – Empréstimos e financiamentos:

Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês. Os detalhes da repactuação dos empréstimos vencidos estão apresentados na Nota 15.

3.13 – Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

3.14 - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

3.15 – Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

3.16 - Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes, não cabendo desta forma a realização de ajustes.

3.17 - Valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos; desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

3.18 - Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a estimativa de vida útil dos bens do imobilizado durante o curso normal das operações, bem como premissas para recuperação do valor residual do imobilizado e da realização do ativo diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para a sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas estimativas.

As estimativas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

NOTA 4 - PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente

são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento e CNPJ dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento e a avaliação das contas de difícil realização.

c) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

NOTA 5 – RISCO DE CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

A Companhia, em 31 de dezembro de 2016, apresentou patrimônio líquido negativo, indicando que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar suas obrigações de longo prazo.

No curto prazo, a Administração da Companhia não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, dos lucros auferidos nos últimos exercícios, da administração austera de custos e pela equalização do passivo, principalmente das obrigações relacionadas a credores bancários.

O maior passivo Tributário da Companhia, que concerne a Tributos Federais, deixados de recolher em períodos anteriores a administração da atual gestão, encontra-se parcelado nos termos da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 – REFIS, cujas parcelas são apuradas com base em percentual do faturamento mensal, sem prazo definido na lei para liquidação, sendo cumpridas integralmente as bases contratuais e legalmente estabelecidas.

Entretanto, neste item, o "REFIS 1", como é conhecido, ante o grau de relevância e risco de comprometimento das operações, a administração da Companhia entende pertinente destacar sua especial e permanente atenção ao ordenamento jurídico pátrio, o qual, intrínseca e concomitantemente, é atrelado com a finalidade do parcelamento/programa de recuperação fiscal, assim como, consequentemente, com sua viabilidade jurídica.

NOTA 6 - NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

- IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39/CPC 38 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros.
- IFRS 15/CPC 47 Receitas de contratos com clientes O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e

simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis; esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

• IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil – reflete o trabalho que substituirá o IAS 16, por conseguinte, os requisitos de contabilidade de arrendamento existente e representa uma mudança significativa na contabilidade, introduzindo a uniformização do reconhecimento contábil para o arrendatário e exigirá o reconhecimento do direito de uso e um passivo oriundo de arrendamento mercantil. O IASB emitiu a IFRS 16 com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

NOTA7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consoli	dado
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e bancos: Aplicações financeiras:	15.986	108.923	16.096	108.929
CDB (a)	28.264.956	21.311.380	36.044.556	28.974.874
Contas de Poupança (b)	2.521	2.327	2.521	2.327
Total	28.283.463	21.422.630	36.063.173	29.086.130

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as aplicações financeiras em CDB foram rentabilizadas, em média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário CDI.
- (b) As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

NOTA 8 - DUPLICATAS A RECEBER

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Mercado interno Estimativa para perdas em crédito	3.771.496 (236.171)	4.457.718 (225.151)	5.509.635 (250.316)	6.258.316 (228.922)
Estimativa para perdas em credito	(230.171)	(223.131)	(230.310)	(220.922)
Total	3.535.325	4.232.567	5.259.319	6.029.394
	Controladora		Conso	lidado
_	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Abertura por idade e vencimento:				
A vencer	2.790.434	3.470.720	4.165.102	5.040.215
Vencidos até 30 dias	150.896	341.623	282.930	486.297
Vencidos de 31 a 60 dias	47.443	33.019	81.096	72.061
Vencidos de 61 a 90 dias	22.806	11.163	46.843	18.573
Vencidos acima de 91 dias	759.917	601.193	933.664	641.170

4.457.718

5.509.635

NOTA 9 – ESTOQUES

Total

	Controladora		Consolidado		
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	
Produtos acabados	1.312.906	1.238.737	1.312.906	1.238.737	
Produtos em elaboração	578.492	770.995	620.372	805.730	
Matérias Primas	1.838.512	2.039.272	1.846.120	2.044.292	
Materiais de Consumo	16.270	-	16.270	_	
Adiantamentos a fornecedores	-	112.194	-	112.194	
Importações em andamento	356.168	216.644	356.168	216.644	
Total	4.102.348	4.377.842	4.151.836	4.417.597	

A Companhia não constituiu estimativa de perda de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas principais matérias primas consistirem em "comodities" em estado primário e de alta liquidez.

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Control	adora	Consolidado	
	31.12.2016 31.12.2015		31.12.2016	31.12.2015
Impostos Estaduais – ICMS Impostos e contribuições Federais	107.093 631.862	140.878 170.206	107.093 631.862	140.878 171.665
Total	738.955	311.084	738.955	312.543

NOTA 11 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria e Comércio S.A.		
	31.12.2016	31.12.2015	
Totais de ativos e Passivos	9.821.538	9.827.423	
Total de Receitas	14.341.052	13.747.060	
Lucro do Exercício	5.822.212	6.993.023	
Capital social	20.000	20.000	
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20	
Patrimônio líquido	2.935.106	3.520.511	
Percentual de participação	100%	100%	
Investimento	2.935.106	3.520.511	
Movimentação do investimento:			
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011	20.000	20.000	
Resultado acumulado (equivalência patrimonial – dividendos			
distribuídos/recebidos)	2.911.106	3.496.511	
Percentual de participação	100%	100%	
Investimento em 31 de dezembro	2.935.106	3.520.511	

NOTA 12 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

_	Transações		
	Receita de venda de Receita de vend		
	produtos	produtos	
	31.12.2016	31.12.2015	
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	6.508.476	4.514.308	

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

NOTA 13- OUTROS INVESTIMENTOS

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção até 31 de dezembro de 2004 e convertidos em ações da Eletrobrás. A Companhia está postulando em juízo o reconhecimento da correção monetária com base nos índices oficiais de inflação do período, com inclusão dos percentuais dos expurgos inflacionários correspondentes aos planos: Verão (jan e fev/89), Collor I (março a julho/90), Collor II (jan e mar/91) e juros moratórios à base de 6% aa nos cálculos da correção monetária, com decisão em segunda instância parcialmente favorável e em fase de Recurso Extraordinário ao STF.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, com base nos cálculos efetuados, não foi identificada necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Controladora

						Taxa de
		31/12/2016			31/12/2015	depreciação
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos		1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	1	1.957.321	11.498.247	459.074	487.426	4%
Equipamentos	2	20.255.513	13.298.093	6.957.420	7.783.549	10%
Instalações		1.278.924	745.670	533.254	507.637	10%
Móveis e utensílios		725.291	609.769	115.522	143.542	10%
Equipamentos processamento de dados Ferramentas e utensílios	de	722.020	659.203	62.817	78.119	20%
Técnicos		2.765.356	2.634.965	130.391	137.128	20%
Veículos		186.355	164.243	22.112	32.559	20%
Imobilizações em curso		58.166	-	58.166	-	-
	3	39.106.334	29.610.190	9.496.144	10.327.348	

olidado

					Taxa de
		31/12/2016		31/12/2015	depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	1.157.388		1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	11.957.321	11.498.247	459.074	487.426	4%
Equipamentos	20.706.430	13.493.523	7.212.907	8.084.129	10%
Instalações	1.278.924	745.670	533.254	507.637	10%
Móveis e utensílios	726.508	610.154	116.354	144.495	10%
Equipamentos de					
Processamento de dados	722.020	659.203	62.817	78.119	20%
Ferramentas e utensílios					
Técnicos	2.765.356	2.634.965	130.391	137.128	20%
Veículos	186.355	164.243	22.112	32.559	20%
Imobilizações em curso	58.166	-	58.166	-	-
	39.558.468	29.806.005	9.752.463	10.628.881	

Movimentação das adições, baixas e depreciação.

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2016 31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	10.327.348	11.082.437	10.628.880	11.429.183
Adições	760.159	924.414	760.159	924.414
Baixas	(12.017)	(40.333)	(12.017)	(40.333)
Depreciação	(1.579.346)	(1.639.170)	(1.624.559)	(1.684.383)
Saldo no fim do exercício	9.496.144	10.327.348	9.752.463	10.628.881

A Companhia procedeu a sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos moldes do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985, 1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. A variação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Liquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Liquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos.

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de redução ao seu valor de recuperação.

Controladora e Consolidado

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado			
	31.12.2016	31.12.2015		
Bancos Privados	21.562.191	21.056.394	a	
Banco do Brasil S/A	30.807.277	31.107.155	b	
	52.369.468	52.163.549		
Parcelas de curto prazo	(21.712.130)	(21.206.333)		
	30.657.338	30.957.216		

a) empréstimos contratados com Banco Comercial Bancesa, Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Em 05 de março de 2013, a Companhia celebrou com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa SA, acordo de liquidação de débitos, homologação judicial transitada em julgado no segundo trimestre de 2013, nos autos da execução nº 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e nº 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª. Vara Civil da Comarca de Nova Friburgo, com reconhecimento do crédito total de R\$ 1.119 mil relativo aos contratos de abertura de crédito números 800.180-5 e 800.168-6, a serem pagos em 30 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela variação do INPC, acrescido de honorários advocatícios de 10%, tendo sido a última parcela paga em dezembro de2015. Assim, cumprido integralmente o acordo celebrado nos autos supra, aguarda pronunciamento da Massa Falida do credor declarando a quitação de eventuais débitos remanescentes. Tal evento, foi objeto de publicação de Fato Relevante em 05 de março de 2013.

b) Em 23 de novembro de 2011, a Companhia e o credor exeqüente Banco do Brasil S.A. entabularam transação nos autos da Execução nº. 1990.037.016790-3, pela qual o Banco credor admitiu receber à vista 90% do total das parcelas vincendas confessadas quando do acordo firmado em 25 de agosto de 2009, concedendo sobre estas o abatimento de 30%, sendo os 10% restantes vencíveis em parcelas mensais e consecutivas, cujo vencimento final será 21 de agosto de 2019, ficando ratificado o titulo e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009, mantidas as seguintes condições: 1^a.) prorrogação da suspensão do referido processo até agosto de 2019, período em que serão realizadas amortizações com encargos de TR acrescida de 0,5% de juros ao mês, conforme cronograma físico financeiro anexado; 2^a.) ao final, cumpridas as condições ora estabelecidas naqueles autos, o saldo devedor será reduzido em 78,20%, com quitação total e a extinção da execução. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 23 de novembro de 2011, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 149.939.

Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Controladora

	31.12.2016			31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
ICMS/Parcelamento	573.351	2.155.123	2.728.474	2.911.923	
IR/PIS/COFINS/CSFonte	155.194	-	155.194	57.659	
Outros	229	-	229	1.683	
	728.774	2.155.123	2.883.897	2.971.265	
		Consolidado			
<u>.</u>		31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
ICMS/Parcelamento	601.631	2.155.123	2.756.754	2.911.923	
IR/PIS/COFINS/CSFonte	289.809	-	289.809	219.732	
Outros	229	-	229	1.683	
	891.669	2.155.123	3.046.792	3.133.338	

NOTA 17 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais. Os detalhes das movimentações do REFIS estão apresentados a seguir:

	Controladora
Impostos federais	24.292.298
Contribuições sociais	14.052.452
Saldo na data de adesão ao REFIS	38.344.750
Ajuste por homologação do REFIS	-
Atualização pela TJLP até dezembro de 2015	45.555.543
Pagamentos efetuados até dezembro de 2015	(5.350.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	78.550.168
Atualização pela TJLP em 2016	2.730.984
Pagamentos efetuados em 2016	(279.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	81.001.389
Menos - Circulante	(279.763)
Não circulante	80.721.626

NOTA 18 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

	Controladora e	Consolidado
	31.12.2016	31.12.2015
Cível Total da provisão para contingências	626.530	694.121
Depósitos judiciais	(626.530)	(694.121)
Provisão para contingências, líquida		

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

	Controladora e	Controladora e Consolidado		
	31.12.2016	31.12.2015		
vel	1.138.789	307.995		
	1.138.789	307.995		

NOTA 19 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balancete de Suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

	Controladora		
	31.12.2016	31.12.2015	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.270.468	3.146.460	
Equivalência Patrimonial	(5.822.212)	(6.993.023)	
Outras Adições/exclusões permanentes	50.080	131.202	
/Lucro Real/Prejuízo Fiscal antes da compensação de	(2.501.664)	(3.715.361)	
prejuízos fiscais			
(-) Prejuízo fiscal compensável	-	-	
Lucro Real/Prejuízo Fiscal	(2.501.664)	(3.715.361)	
Imposto de renda à alíquota de 15%	_	_	
Imposto de Renda à alíquota de 10%	_	_	
Contribuição social à alíquota de 9%	_	_	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-		
	Consoli	dado	
	31.12.2016	31.12.2015	
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	450.403	520.368	

Em 31 de dezembro 2016 e de 2015, a Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 205.214 mil , R\$ 200.211 mil em 2015. No entanto, devido ao elevado valor dos prejuízos acumulados e, conseqüentemente, do Patrimônio liquido Negativo, somados ainda à incerteza do atual quadro econômico, não havendo como estabelecer parâmetros confiáveis para uma projeção de resultados positivos que contemple um cenário dilatado de operações para o futuro, a Companhia não efetuou Registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo.

NOTA 20 - CAPITAL SOCIAL

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos. O Capital Social está distribuído conforme segue:

				Qde.	Total das ações		%
	domiciliados	no	País - pessoas	574	3.843.059	•	32,29
físicas Acionistas jurídicas	domiciliados	no	País - pessoas	24	8.056.941		67,71
Total				598	11.900.000	•	100,00

b) Capital social autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantida a proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social.

Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata que deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência.

A Assembléia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76.

NOTA 21 – LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico.

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

•		2016			2015	
•	Ordinárias	Preferências	Total	Ordinárias	Preferências	Total
Quantidade de ações em circulação no início do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000
Quantidade de ações em circulação no final do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000

	Controladora		
	31.12.2016	31.12.2015	
Lucro liquido no final do exercício	3.270.468	3.146.460	
Media ponderada das quantidades de ações em circulação	11.900.000	11.900.000	
Lucro por ação básico	0,274829	0,264408	

Controladora

NOTA 22 - RECEITA LIQUIDA DE VENDAS

A receita liquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 possuem a seguinte composição:

	Controlac	lora	Consolidado		
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	
Receita bruta de Vendas (-)Impostos incidentes s/vendas (-)Abatimentos e Devoluções	23.653.918 (4.004.713) (253.779)	26.474.214 (4.855.049) (430.279)	31.770.444 (4.893.289) (401.791)	35.705.980 (5.485.173) (581.179)	
Receita Liquida de Vendas	19.395.426	21.188.886	26.475.364	29.639.628	

NOTA 23 – INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Contro	oladora	Consol	idado
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Despesas e custos por função		_	_	
Custo dos produtos vendidos	16.673.171	18.543.564	17.307.448	19.360.648
Despesas operacionais	5.818.980	6.403.530	6.912.784	7.421.155
	22.492.151	24.947.094	24.220.232	26.781.803
Despesas e custos por natureza				
Custo de mercadorias	7.827.381	9.481.348	8.036.297	9.787.636
Despesas com pessoal e encargos	7.781.110	7.674.514	8.165.810	8.134.968
Despesas de alugueis e correlatos	2.891	3.015	53.291	53.449
Despesas de serviços e utilidades				
públicas	758.773	826.604	772.597	844.878
Despesas de depreciação e				
amortização	1.579.346	1.639.170	1.624.559	1.684.383
Provisão (reversão) PCLD e				
contingências	18.617	117.052	28.991	120.823
Outras despesas	4.524.033	5.205.391	5.538.687	6.155.666
	22.492.151	24.947.094	24.220.232	26.781.803

NOTA 24 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016, foi fixado o limite de remuneração mensal global dos administradores em até R\$ 64 mil, acrescida quando aplicável, dos

encargos sociais e trabalhistas na forma prevista em lei, para o exercício social de 2016, mantido assim, o mesmo limite aprovado para o exercício de 2015 e que estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO

	Contro	oladora	Consolid	ado
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Despesas financeiras:		_	_	
Juros sobre				
empréstimos	(547.194)	(486.565)	(547.194)	(486.565)
Despesas bancárias	(22.383)	(24.058)	(26.740)	(27.231)
Juros, parcelas fiscais				
LP e s/tributos	(2.917.437)	(2.372.567)	(2.917.437)	(2.372.567)
Outras	(250)	(886)	(292)	(2.203)
	(3.487.264)	(2.884.076)	(3.491.663)	(2.888.566)
Receitas financeiras: Aplicações				
financeiras	3.339.401	1.853.801	4.230.398	2.725.657
Descontos obtidos	21.124	9.301	21.456	12.750
Juros ativos	97.096	118.941	126.547	144.613
_	3.457.621	1.982.043	4.378.401	2.883.020
Variação cambial:				
Variação cambial ativa	11.817	114.124	11.817	114.124
Variação cambial passiva	(26.601)	(8.452)	(26.601)	(8.452)
	(14.784)	105.672	(14.784)	105.672

NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são assim demonstradas:

	31.12.2016	31.12.2015
Responsabilidade civil	1.640.000	1.486.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	17.057.000	15.900.000
Veículos	86.165	88.050
	18.783.165	17.474.050

NOTA 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, bem como sua controlada, não efetuaram nenhuma transação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas

atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

a) Risco de crédito:

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às normas fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) - e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros:

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-base outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

c) Concentração de risco:

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e a sua subsidiária integral à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3.000 clientes ativos, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

d) Taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.